



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO
Certifico que o presente
documento foi arquivado no
mural desta Secretaria
Neópolis 30/05/06

José Diniz Tojal Dantas
José Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

LEI COMPLEMENTAR Nº 794/2006
De 25 de Maio de 2006.

**Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração
do Magistério Público do Município de Neópolis.**

O PREFEITO DE NEÓPOLIS, ESTADO DE SERGIPE.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO
DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Neópolis.

Parágrafo Único - O regime jurídico do profissional do Magistério Público Municipal é o instituído pelo Estatuto do Magistério Público do Município de NEÓPOLIS.

Art. 2º- O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos a qualificação, a dedicação e a valorização dos profissionais da educação, assegurado aos seus integrantes, em observância aos princípios constitucionais:

- I** - remuneração condigna que assegure condições econômicas e sociais compatíveis com a dignidade, peculiaridade e importância da profissão, permitindo efetiva dedicação ao magistério;
- II** - estímulo à produtividade e ao trabalho em sala de aula;
- III** - melhoria da qualidade do ensino;
- IV** - exclusividade de ingresso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos;
- V** - progressão funcional baseada em promoções, consideradas os critérios de merecimento e tempo de serviço, e em valorização, decorrente de titulação e habilitação;
- VI** - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- VII** - formação por treinamento em serviço, de acordo com a Lei;
- VIII** - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na jornada de trabalho;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

[Handwritten Signature]
José Diniz Amorim
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- IX - condições de trabalho, com pessoal de apoio qualificado e material didático adequado;
- X - pontualidade no pagamento da remuneração;
- XI - piso salarial profissional referenciado à jornada básica de horas-trabalho e ao nível de formação básica da carreira.

CAPÍTULO II DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 3º- Integram a Carreira do Magistério Público Municipal, ocupando os cargos de Professor de Educação Básica e de Pedagogo, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, respectivamente, incluída, para estes e para os docentes, a administração de Estabelecimento ou Unidade Escolar.

§ 1º- As diferentes funções na Carreira do Magistério compreendem atribuições constantes da descrição do cargo de Professor e do cargo de Pedagogo, exercidas de acordo com a habilitação do titular do cargo

§ 2º- A experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções de magistério, que não a docência, é de 2 (dois) anos, adquirida em qualquer nível de ensino, público ou privado.

§ 3º- Comprovada a existência de vagas nas Escolas, em quantidade superior a 5% (cinco por cento) do Quadro de Pessoal Ativo do Magistério Público Municipal, e verificada a indisponibilidade de candidatos aprovados em concursos anteriores com prazo de validade não expirado, o Município de NEÓPOLIS deve realizar concurso público para preenchimento das mesmas, pelo menos de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, podendo realizar, no entanto, em período mais curto, no caso de quantidade menor de vagas, atendido o interesse e a necessidade do serviço e a conveniência da Administração.

§ 4º- O Município deve publicar, anualmente, no Diário Oficial, até o último dia útil de dezembro, demonstrativo das vagas existentes no quadro do Magistério Público Municipal, quer as decorrentes de vacância, quer as decorrentes de criação por lei.

Art. 4º- Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - Carreira do Magistério: o conjunto de cargos de provimento efetivo, distribuídos em níveis e classes, nos Quadros do Magistério, caracterizados pelo desempenho das atividades a que se refere o art. 3º;

II - Cargo do Magistério: o conjunto, com denominação específica, de atribuições e responsabilidades conferidas ao servidor público profissional do Magistério;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/96

Jose Luiz Tavares Duarte
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

III - Quadro Permanente do Magistério: o constituído, no cargo de Professor de Educação Básica e no de Pedagogo, de provimento efetivo, de profissionais do Magistério Público que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, respectivamente, incluídas, para estes e para os docentes, a administração de Estabelecimento ou Unidade Escolar, e que preenchem os requisitos necessários, estabelecidos nesta Lei Complementar, para o seu enquadramento;

IV - Quadro Suplementar do Magistério: o constituído, no cargo de Professor de Educação Básica e no de Pedagogo, de provimento efetivo, de profissionais do Magistério Público que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, respectivamente, cujos ocupantes, nele enquadrados, não preenchem os requisitos para o ingresso no Quadro Permanente;

V - Nível: o desdobramento que identifica a posição do profissional do Magistério na Carreira, relativa à sua formação, no Quadro Permanente ou no Quadro Suplementar, segundo o grau de habilitação e titulação formal exigidos;

VI - Classe: a posição do profissional do Magistério na Carreira, decorrente do tempo de serviço e do mérito dos ocupantes nela enquadrados, respeitado o interstício estabelecido em lei;

VII - Vencimento: a retribuição pecuniária básica mensal, devida aos integrantes do Plano de Carreira e Remuneração, pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao fixado em lei;

VIII - Remuneração: a retribuição pecuniária constituída do vencimento do cargo e das vantagens pecuniárias a que fazem jus os integrantes do Plano de Carreira;

IX - Padrão de Vencimento: o conjunto de referências atribuído a cada nível;

X - Referência: a retribuição pecuniária básica mensal que corresponde a cada um dos níveis em que estão divididos os valores representativos de cada padrão de vencimentos;

XI - Progressão Horizontal: a mudança do profissional do Magistério nos cargos de Professor de Educação Básica e nos de Pedagogo, de um para outro Nível do Quadro Permanente, obtida a habilitação legal exigida;

XII - Progressão Vertical: a passagem, mantida o Nível, do profissional do Magistério, nos cargos de Professor de Educação Básica e nos de Pedagogo, de uma para outra Classe imediatamente superior, no Quadro Permanente e no Quadro Suplementar, obedecido os critérios de merecimento e tempo de serviço;

XIII - Piso Salarial Profissional: corresponde ao menor vencimento referenciando à primeira classe da carreira do magistério, à menor jornada de trabalho e ao nível básico de formação, sobre o qual incidirão os demais direitos e vantagens.

Art. 5º- Os profissionais da educação pública Municipal devem atuar no atendimento aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, de acordo com a titulação e a habilitação exigidas.

Art. 6º- O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal se dá, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos.

§ 1º- O estágio probatório de 3 (três) anos ocorre entre a posse e a investidura permanente no cargo, devendo ser cumprido, obrigatoriamente, nas Unidades de Ensino da Rede Municipal.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/10/16

José Diniz Tojal Duarte
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/04

§ 2º- Como condição para a aquisição de estabilidade, deve ser efetuada, pela Comissão Permanente de Gestão da Carreira, avaliação especial de desempenho do servidor.

Art. 7º- A formação dos profissionais da educação pública municipal tem como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 8º- A formação exigida dos profissionais da educação como docentes, para atuarem na educação básica, é feita em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como qualificação mínima, o ensino médio completo, na modalidade Normal, para a docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Art. 9º- Em cumprimento ao que dispõem os artigos 67 e 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, devem ser implementados e priorizados programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior e pós-graduação, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo Único - A implementação dos programas de que trata o "caput" deste artigo deve considerar, prioritariamente":

- I - áreas curriculares carentes de professores;
- II - a situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que tiverem mais tempo e exercício de docência a ser cumprido no sistema;
- III - a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação à distância.

Art. 10 - A formação exigida para o ingresso dos profissionais da educação, no quadro do magistério público municipal, para as atividades de suporte pedagógico direto para a educação básica, se for em cursos de graduação em pedagogia.

Art. 11 - Aos profissionais da educação pública Municipal cabe:

- I - participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do sistema público de educação básica;
- II - levar o aluno a se desenvolver, de forma independente, nas suas dimensões intelectual, cultural e técnica;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/10/05

Jose Dimiz Tojal Diniz
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- III - estimular, nos alunos, práticas de estudos que favoreçam a construção coletiva do conhecimento, através da formação de grupos, de mesas redondas e de outras modalidades participativas;
- IV - utilizar métodos e técnicas que melhor se adaptem às características culturais dos alunos, respeitando seu universo vocabular e capacidade de compreensão;
- V - empenhar-se com a qualidade dos conteúdos transmitidos no processo ensino-aprendizagem;
- VI - comprometer-se em utilizar uma metodologia que tenha o aluno como o principal interlocutor;
- VII - promover, junto à comunidade escolar, ampla reflexão sobre a realidade sócio-cultural da comunidade e os problemas dela advindos, considerando-os no processo de ensino-aprendizagem;
- VIII - garantir a fixação dos conteúdos de aprendizagem por eles veiculados;
- IX - utilizar métodos de verificação da aprendizagem compatíveis com os objetivos do sistema educacional;
- X - elaborar e cumprir plano individual de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Unidade de Ensino;
- XI - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- XII - ministrar aulas e desenvolver outras atividades pedagógicas durante o período letivo, objetivando o sucesso do processo ensino-aprendizagem, na recuperação dos alunos que se encontrem em defasagem neste mesmo processo, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- XIII - participar do processo de planejamento, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação anual do projeto pedagógico e do plano anual da Escola;
- XIV - caminhar rumo à construção de um projeto educativo passível de avaliação social;
- XV - participar do processo de planejamento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento profissional em todas as etapas e instâncias.

CAPÍTULO III
DA CARREIRA E DA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Seção I

Da Estrutura da Carreira, dos Cargos e sua Investidura e das Normas Funcionais

Art. 12 - O Plano de Carreira e Remuneração do cargo de Professor de Educação Básica e do cargo de Pedagogo, preenchidas por provimento efetivo, é distribuído em Níveis e Classes, especificados no Apêndice II desta Lei Complementar.

§ 1º - As Classes, linhas de progressão funcional dos profissionais do Magistério, por merecimento e por tempo de serviço, são designadas por 10 (dez) letras, de A a J, sendo, esta última, o final da Carreira.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO
Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

João Paulo Costa
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

§ 2º - Os Níveis, linhas de progressão funcional por titulação e habilitação do profissional do magistério, são designados Nível I, Nível II, Nível III e Nível IV, de acordo com o que dispõe o art. 13 desta Lei Complementar.

Art. 13 - A Carreira regulamentada no Plano de que trata esta Lei Complementar é organizada segundo a habilitação exigida, nos cursos Superior e Médio na Modalidade Normal, para o provimento dos Níveis, como segue:

I - Nível I: curso médio na modalidade Normal;

II - Nível II: graduação em licenciatura plena ou graduação em pedagogia, admitida a habilitação específica obtida em programas de formação pedagógica para portadores de diploma de educação superior, nos termos da lei;

III - Nível III: pós-graduação, compatível com as atribuições do cargo, obtida em cursos de especialização "lato sensu";

IV - Nível IV: pós-graduação, compatível com as atribuições do cargo, obtida em curso de mestrado e/ou doutorado.

Parágrafo único - As especificações dos cargos que constituem as Carreiras constam do Apêndice I desta Lei Complementar.

Art. 14 - A atuação dos profissionais da educação que oferecem suporte pedagógico poderá ocorrer em mais de uma Unidade de Ensino, na proporção de alunos para cada especialista existente no corpo funcional da Secretaria de Educação.

§ 1º - quando se fizer necessário, e lotação de especialistas, para o suporte pedagógico dos setores internos da Secretaria de Educação; obedecerá a proporção de 1.500 (mil e quinhentos) alunos matriculados para cada pedagogo.

§ 2º - A lotação dos Especialistas, que oferecer suporte pedagógico nos setores internos da Secretaria de Educação será feito mediante processo seletivo, entre os servidores efetivos que ocupam o cargo de pedagogo, devendo o mesmo ser regulamentado por ato da Comissão Permanente de Gestão de Carreira.

Art. 15 - A posse em cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica e de Pedagogo do Quadro do Magistério ocorre conforme estabelecido no art. 6º desta Lei Complementar, exclusivamente mediante concurso público.

§ 1º - A comprovação da titulação ou habilitação exigida para o exercício do cargo é condição para a posse.

§ 2º - O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal ocorre na Classe A e no Nível compatível com a habilitação do profissional do magistério, segundo o que estabelece o art. 13 desta Lei Complementar, de acordo com a formação exigida no respectivo edital de concurso público.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

[Assinatura]
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

§ 3º - É vedada a promoção de um Nível para outro, na Carreira do Magistério Público Municipal, com a utilização de habilitação obtida anteriormente à data de inscrição do profissional no respectivo concurso.

Art. 16 - O integrante da Carreira do Magistério Público Municipal deve exercer suas atribuições na abrangência integral da habilitação profissional, segundo as especificações dos cargos contidas no Apêndice I desta Lei Complementar.

Art. 17 - Aplicam-se aos integrantes do Quadro Permanente e do Quadro Suplementar do Magistério Público Municipal as demais disposições estatutárias, e modificações por legislação posterior.

Parágrafo único - Ficam estendidos aos servidores aposentados quaisquer benefícios ou vantagens decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, inclusive os previstos nesta Lei Complementar ou posteriormente concedidos, sem restrição, aos servidores em atividade.

Seção II
Da Progressão Funcional

Art. 18 - A progressão funcional no cargo de Professor de Educação Básica e no de Pedagogo, ocorre por:

- I - promoção de Classe a Classe, e por tempo de serviço;
- II - promoção de Nível a Nível, mediante a obtenção de titulação acadêmica exigida pelos Níveis da Carreira, com a comprovação da qualificação decorrente da titulação exigida pelos respectivos níveis.

Art. 19 - Observando o que dispõe o art. 18 desta Lei Complementar, não faz jus à progressão funcional o profissional do Magistério Público Municipal que:

- I - estiver em estágio probatório, salvo se cumprido o interstício de 3 (três) anos de efetivo exercício em cargo, emprego ou função no serviço do público Município, mediante admissão por concurso público, e observado o que estabelece o § 2º do art. 6º desta Lei;
- II - encontrar-se em gozo de licença não remunerada;
- III - estiver preso em decorrência de condenação criminal transitada em julgado;
- IV - estiver à disposição de outro órgão, não vinculado ao ensino público, ou de entidade privada de ensino que tenha fins lucrativos.

Art. 20 - As promoções na Carreira, de Classe a Classe, por tempo de serviço, devem ser automáticas, não podendo ser promovido o servidor que não tenha o interstício mínimo de 3 (três) anos na Classe, salvo no caso de servidor do sexo feminino, em que a promoção para as 4 (quatro) últimas letras deve ocorrer a cada 2 (dois) anos, até atingir a última Classe.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/10/2019

1030
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Parágrafo Único - A promoção de Classe a Classe por tempo de serviço é automática, desde que cumprido o interstício previsto no "caput" deste artigo.

Art. 21 - Fica instituída a Comissão Permanente de Gestão da Carreira, de caráter paritário, com atribuição de complementar esta Lei Complementar, coordenar o enquadramento dos Professores da Educação Básica e dos Pedagogos propor e aplicar critérios para a progressão funcional e demais providências relativas ao assunto, devendo ser constituída por representantes do Poder Executivo Municipal e representantes do Magistério Público Municipal, sendo estes últimos eleitos em assembléia de seu Sindicato SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe, devendo seus membros ser nomeados por decreto do Poder Executivo.

Seção III
Do Regime de Trabalho

Art. 22 - As atividades do profissional do Magistério Público Municipal são desenvolvidas em carga horária de 160 (cento e sessenta).

§ 1º - A carga horária do Professor de Educação Básica deve ser assim distribuída:

- I - 62,5% em regência de classe;
- II - 12,5% em atividades pedagógicas e de estudos na Escola;
- III - 25% em atividades de coordenação.

§ 2º - Entende-se por horário de estudo e atividades pedagógicas, aquelas desenvolvidas na Escola, conforme o seu Projeto Pedagógico e as diretrizes da política educacional da Secretaria de Educação.

§ 3º - Entende-se por atividades de coordenação, a programação das atividades pedagógicas e a correção dos materiais produzidos pelos alunos, não sendo obrigatório o seu cumprimento na Unidade Escolar.

§ 4º - A carga horária mínima do professor de educação básica, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, será de 160 horas mensais.

§ 5º - A carga horária do Pedagogo lotado na Unidade Escolar deve ser assim distribuída:

- I - 75% integralmente na Escola;
- II - 25% para acompanhamento do projeto pedagógico da escola e demais ações pedagógicas, que devem ser regulamentadas por ato do Secretário Municipal de Educação.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/08

08
10/05/08
Secretaria de Administração
Geral e Planejamento
001/08

§ 6º - A carga horária de trabalho deve, prioritariamente, ser cumprida em uma só Unidade de Ensino.

§ 7º - Completa-se em outra Unidade de Ensino da mesma localidade, a tarefa não cumprida integralmente em uma só Escola, observada a menor distância entre as mesmas.

§ 8º - Fica garantido aos profissionais do Ensino, com mais de 10 (dez) anos de exercício no Magistério Público, o desempenho de suas atividades em uma só Unidade Escolar, observado o cumprimento de sua carga horária integral.

§ 9º - Preferencialmente, a carga horária de 125 (cento e vinte e cinco) horas mensais deve ser cumprida em um só turno de trabalho.

§ 10 - Na distribuição da carga horária, quando aplicado o percentual de 62,5% resultar fração de hora, esta deve compreender o inteiro seguinte, se igual ou superior a 30(trinta) minutos, e desprezada, se inferior.

§ 11 - O professor de determinada disciplina pode ser aproveitado no ensino de outra disciplina, no máximo 03 (três), desde que devidamente habilitado em conformidade com a legislação vigente.

§ 12 - A tarefa mensal do profissional do Magistério deve ser calculada à razão de 05 (cinco) semanas.

§ 13 - A hora-aula deve compreender o disposto na proposta curricular em consonância com o projeto pedagógico da Escola.

Art. 23 - A fim de atender à necessidade da Rede Municipal de Ensino, o Secretário Municipal de Educação pode expedir portaria ampliando provisoriamente a carga horária do professor, mediante solicitação do profissional do Magistério Público Municipal, atendido os critérios estabelecidos pela Comissão Permanente de Gestão da Carreira.

§ 1º - Sempre que possível, no comum interesse da Administração e do profissional do Magistério, a carga horária deste pode ser ampliada para até 200 (duzentas) horas.

§ 2º - A ampliação da jornada de trabalho, de que trata o "caput" deste artigo, após 2 anos consecutivos de seu efetivo exercício, fica automaticamente incorporada a carga horária mensal do profissional do magistério, sendo vedada a sua redução, salvo manifestação expressa do servidor.

Art. 24 - O profissional do Magistério Público Municipal que vier a acumular dois cargos, de acordo com a Constituição, deve comprovar a compatibilidade de horários.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

Jose Diniz Tajul Damás
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Art. 25 - O profissional do Magistério Público Municipal com carga horária mensal de 200 (duzentas) horas, em regime de dedicação exclusiva, deve ter sua jornada de trabalho assim distribuída:

- I - 75% em regência de classe;
- II - 25% em atividades pedagógicas, das quais 15% na Escola e 10% em local de livre escolha do docente.

§ 1º - Ao profissional do Magistério, em regime de dedicação exclusiva, é vedado o exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, e outro vínculo empregatício, sob pena de cancelamento irrecorrível da remuneração, sem prejuízo da restituição, ao erário, da gratificação percebida indevidamente, e das penalidades legais cabíveis.

§ 2º - A gratificação de dedicação exclusiva, a ser atribuída no valor de 100% (Cem por cento) do vencimento básico, deve ter a sua concessão deferida com observância do interesse do serviço e da conveniência da administração.

Seção IV
Do Vencimento e da Remuneração

Art. 26 - O vencimento básico mensal dos cargos, para as respectivas Classes e Níveis, do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, é o constante do Apêndice III desta Lei Complementar.

Art. 27 - Os valores de vencimento, correspondentes, nas Classes, aos Níveis I, II, III e IV, componentes do Quadro Permanente dos profissionais do Magistério Público Municipal, são fixados com os seguintes índices de escalonamento horizontal, entre Níveis, em relação ao vencimento do Nível I da respectiva Classe:

NÍVEL	ÍNDICE
Nível I	1,00
Nível II	1,50
Nível III	1,70
Nível IV	2,00

Art. 28 - Os valores de vencimento, correspondentes, nos Níveis I, II, III e IV, Classe a Classe, componentes do Quadro Permanente dos profissionais do Magistério Público Municipal, fixado é de 1,02 como índice de escalonamento horizontal, entre Classes (A a J), em relação ao vencimento do Nível da respectiva Classe.

Art. 29 - Fica assegurada, nos termos da Constituição Federal, a revisão geral anual da remuneração dos profissionais do Magistério Público do Município de Neópolis, sempre na mesma data, de 1º de maio, e sem distinção de índices.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

Seção V
Das Férias

CERTIDÃO
Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/15/2015

Jose Diniz Tejal Dantas
Jose Diniz Tejal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Art. 30 - Férias é o período de descanso anual do profissional da educação, sem prejuízo do respectivo vencimento ou remuneração.

§ 1º. Adquire-se o direito a férias após cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício.

§ 2º. O profissional do Magistério Público Municipal tem o direito de gozar férias anualmente, de acordo com a escala aprovada pelo dirigente do órgão onde estiver lotado; observados os seguintes períodos:

I - 45 (quarenta e cinco) dias se, no período aquisitivo o funcionário do magistério esteve em regência de turma ou no desempenho de atividade técnico-pedagógica nos estabelecimentos escolares;

II - 30 (trinta) dias nos demais casos.

§ 3º - O adicional constitucional de férias deve ser calculado sobre os dias a serem gozados.

§ 4º - As férias são pagas com base no valor remuneratório correspondente ao mês de seu gozo.

CAPÍTULO IV
DAS CEDÊNCIAS, DAS GRATIFICAÇÕES E DO INCENTIVO À
PRODUTIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Seção I
Das Cedências

Art. 31 - A cedência é o ato pelo qual o profissional do Magistério Público Municipal é cedido ou colocado à disposição, ficando afastado do exercício das atribuições do seu cargo na Secretaria Municipal da Educação, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, independentemente do Quadro a que pertencer.

§ 1º - A cedência pode ser autorizada, segundo critérios de interesse do serviço, de conveniência da Administração ou de oportunidade do Município, para os seguintes casos:

I - exercício de cargo em comissão, ou comissionado, conforme estabelecido em Decreto do Poder Executivo;

II - regime de colaboração, nos termos dos respectivos convênios;

III - exercício do magistério em estabelecimento ou instituição conveniada;

IV - atendimento a demais convênios específicos.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/2016

José Dante Tótila
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

§ 2º - A cedência dos profissionais do Magistério somente é permitida sem ônus para o Município, salvo quando ocorrer mediante permuta por profissional da educação pública, ou em convênio para regime de colaboração.

§ 3º - No âmbito do Serviço Público Municipal, as cedências somente podem ser efetivadas sem ônus para a Secretaria de Educação.

§ 4º - Podem ser cedidos apenas os servidores que tenham completado o estágio probatório.

Art. 32 - É vedado ao profissional do Magistério Público Municipal exercer atribuições distintas das do cargo de que é titular, ressalvadas as atividades em comissão ou comissionadas, as de funções de confiança e as legalmente permitidas.

Seção II
Das Gratificações

Art. 33- São modalidades de gratificações do profissional do Magistério Público Municipal:

- I - por Atividade Pedagógica;
- II - por Atividade Técnica;
- III - por Regência de Classe ou Atividade de Turma;
- IV - por Serviço Extraordinário.
- V - por Titulação
- VI - por Interiorização
- VII - por Dedicção Exclusiva

Parágrafo único - Ao profissional da educação que se encontrar no exercício de cargo em comissão não podem ser concedidas às gratificações previstas nos incisos III, IV e VI do "caput" deste artigo, observadas as disposições desta Lei e as disposições estatutárias quanto às respectivas concessões.

Subseção I
Da Gratificação por Atividade Pedagógica

Art. 34 - Faz jus à Gratificação por Atividade Pedagógica, o profissional da educação, ocupante do cargo de Professor de Educação Básica ou do cargo de Pedagogo que se encontrar no exercício de atividades pedagógicas, especificadas no Apêndice I desta Lei Complementar, em setores internos da Secretaria, ou em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/2012

Secretário de Administração
Gerente Planejamento
Decreto nº 001/04

§ 1º - A Gratificação por Atividade Pedagógica é de 27% (vinte e sete cento) do vencimento básico correspondente à carga horária mensal do requerente, e somente é paga enquanto o mesmo satisfizer as exigências contidas no "caput" deste artigo.

§ 2º - A Gratificação por Atividade Pedagógica é concedida mediante portaria do Secretário de Educação, após verificação dos requisitos necessários à sua percepção.

§ 4º - O profissional da educação que perceber a gratificação de que trata este artigo não pode fazer jus à Gratificação por Regência de Classe ou Atividade de Turma e à Gratificação por Atividade Técnica.

Subseção II
Da Gratificação por Atividade Técnica

Art. 35 - Faz jus à Gratificação por Atividade Técnica, o profissional da educação ocupante do cargo de Professor de Educação Básica ou do cargo de Pedagogo que se encontrar no exercício de atividade técnica, não prevista nas especificações do cargo, segundo o Apêndice I desta Lei, excluída de regência de classe ou atividade de turma, atuando em setores internos da Secretaria de Município de Educação, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei.

§ 1º - A Gratificação por Atividade Técnica é de 27% (vinte e sete por cento) do vencimento básico correspondente à carga horária mensal do requerente, e somente é paga enquanto o mesmo satisfizer as exigências contidas no "caput" deste artigo.

§ 2º - A Gratificação por Atividade Técnica é concedida mediante portaria do Secretário de Educação, após verificação dos requisitos necessários à sua percepção.

§ 3º - O profissional da educação que perceber a gratificação de que trata este artigo não pode fazer jus à Gratificação por Regência de Classe ou Atividade de Turma e à Gratificação por Atividade Pedagógica.

Subseção III
Da Gratificação por Regência de Classe ou Atividade de Turma

Art. 36 - Ao profissional da educação, ocupante do cargo de Professor de Educação Básica ou de Pedagogo que se encontre em efetivo exercício de regência de classe ou de atividade de turma nas unidades da rede de ensino oficial do Município, é concedida a Gratificação por Regência de Classe ou Atividade de Turma.

§ 1º - A Gratificação por Regência de Classe ou Atividade de Turma é de 27% (vinte e sete por cento) do vencimento básico correspondente à carga horária mensal do profissional da educação, e somente é paga enquanto o mesmo satisfizer as exigências contidas no "caput" deste artigo.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

Jose Dantas Tavares
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

§ 2º - O profissional da educação que perceber a gratificação de que trata este artigo não pode fazer jus à Gratificação por Atividade Técnica e à Gratificação por Atividade Pedagógica.

Subseção IV
Da Gratificação por Serviço Extraordinário

Art. 37 - O profissional do Magistério Público Municipal faz jus à Gratificação por Serviço Extraordinário, serviço esse efetivamente executado, desde que previamente autorizado pelo Secretário de Municipal da Educação ou por quem deste último haja recebido a competente delegação, de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1º - Por serviço extraordinário entende-se o efetivamente prestado em cada hora excedente da jornada de trabalho do profissional da educação.

§ 2º - O serviço extraordinário pode ser prestado tanto antes como depois do horário normal de serviço.

§ 3º - A prestação de serviço extraordinário não pode exceder a 02 (duas) horas diárias de trabalho.

§ 4º - A remuneração do serviço extraordinário é superior em 50% (cinquenta por cento) à do trabalho normal.

Subseção V
Da Gratificação por Titulação

Art. 38 - A gratificação por titulação do funcionário do magistério se dará por aprofundamento de estudos através de encontros, cursos e seminários técnicos, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, todos relacionados às atividades do magistério.

§ 1º - Para efeito da concessão da gratificação de que trata este artigo, somente poderão ser computados os títulos correlacionados com as atividades, áreas ou disciplinas ministradas no exercício profissional do requerente, ou relativos ao aprimoramento pedagógico nas áreas de didática, metodologia, sociologia, psicologia, filosofia da educação, currículo e outros, no âmbito da ciência pedagógica.

§ 2º - A gratificação por titulação, a ser concedida na forma e nas condições indicadas neste artigo, será correspondente a:

I - 10 % (dez por cento) sobre o vencimento básico do funcionário do magistério por cada 120 (cento e vinte) horas de participação nos eventos citados no "caput" deste artigo, atingindo, no máximo, 480 (quatrocentos e oitenta) horas, que corresponderão a 40% (quarenta por cento) de gratificação sobre o mesmo vencimento.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

José Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

II – 10% (dez por cento) sobre básico por curso de especialização (latu-sensu), com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas, compreendendo apenas um curso;

III – 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do funcionário do Magistério que tenha concluído o curso de Mestrado, somente sendo considerado um curso;

IV – 30% (trinta por cento) do mesmo vencimento básico, do funcionário que concluir o curso de Doutorado, somente sendo considerado em curso.

§ 3º - O título utilizado para consecução da gratificação de que trata um dos incisos do § 2º deste artigo não servirá para obtenção da gratificação prevista em outro inciso do mesmo parágrafo.

§ 4º - Só farão jus à gratificação de que trata o “caput” deste artigo dos funcionários do Magistério que estejam no efetivo exercício das suas funções na Rede Municipal de Ensino.

§ 5º - Os encontros, cursos e seminários técnicos a que se refere o “caput” deste artigo somente terão validade, para efeito da respectiva Gratificação, quando, forem realizados por Entidades autorizadas ou reconhecidas pelo Poder Público Municipal, Estadual ou Federal.

§ 6º - A Gratificação por Titulação, de que trata o artigo anterior será concedida por ato do Secretário Municipal de Educação.

Subseção V
Da Gratificação por Interiorização

Art. 39 - O profissional do Magistério Público Municipal fará jus a Gratificação por Interiorização, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do vencimento básico correspondente à sua carga horária mensal.

§ 1º - Comprovada a distância entre a residência e o local de trabalho, no âmbito do município, a gratificação de que trata este artigo obedecerá aos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) a uma distância de 5 a 10 km;

II – 15% (quinze por cento) a uma distância compreendida entre 11 e 20 km;

III – 20% (vinte por cento) a uma distância compreendida entre 21 e 30 km;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) a uma distância acima de 30 km.

§ 2º - Os que residem na zona rural também farão jus à gratificação de que trata o caput deste artigo, desde que a distância de sua residência para o local de trabalho satisfaçam os requisitos constantes no parágrafo 1º e incisos deste artigo.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

[Handwritten Signature]
José Diniz Tavares Diniz
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Seção III
Do Incentivo à Produtividade Funcional e à Qualidade Profissional
Subseção I
Do Incentivo à Produção Técnica, Científica e Cultural.

Art. 40 - O profissional do Magistério Público Municipal faz jus ao recebimento de prêmio de incentivo à produção técnica, científica e cultural, no valor de 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do vencimento básico correspondente a sua carga horária mensal, conforme condições previstas neste artigo.

§ 1º - O prêmio de que trata o "caput" deste artigo deve ser regulamentado por comissão designada, para tal fim, através de ato do Secretário de Educação, integrada também por representante do órgão sindical, cuja regulamentação deve ser igualmente aprovada por ato do mesmo Secretário.

§ 2º - O prêmio concedido nos termos deste artigo deve ser considerado para a promoção por merecimento, conforme o estabelecido no art. 21 desta Lei.

§ 3º - O valor do prêmio deve ser inserido em folha de pagamento e não é incorporado aos vencimentos do servidor, somente sendo concedido uma vez a cada ano, sempre no dia 15 de outubro, se ocorrerem as condições necessárias à sua concessão.

Subseção II
Do Incentivo à Auto-Qualificação Profissional

Art. 41 - Ao profissional do Magistério Público Municipal que diligenciar seu aperfeiçoamento educacional e cultural por iniciativa própria, em cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento e demais cursos de formação complementar, em modalidade correlata à sua atuação profissional na Secretaria de Educação, pode ser concedido prêmio de incentivo a essa qualificação profissional, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico de sua carga horária mensal.

§ 1º - O período requerido pelo profissional do Magistério Público Municipal para participar de cursos de qualificação profissional, segundo o que estabelece o "caput" deste artigo, deve corresponder a 15 (quinze) dias, devendo ocorrer no recesso escolar da unidade, parte integrante e obrigatório do calendário escolar, não concomitante com o respectivo período de férias.

§ 2º - O prêmio de que trata o "caput" deste artigo deve ser regulamentado por comissão designada através de ato do Secretário de Educação, cuja regulamentação deve ser também aprovada por ato do mesmo Secretário.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30 / 05 / 06

Jose Luiz Lourenço
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

§ 3º - O valor do prêmio deve ser inserido em folha de pagamento e não é incorporada aos vencimentos do servidor, somente sendo concedido uma vez a cada ano, se ocorrerem a condição necessária para sua concessão.

CAPÍTULO V DA GESTÃO DEMOCRÁTICA Seção I Da Gestão do Ensino Público

Art. 42 – A gestão do ensino na Rede Pública Municipal de NEÓPOLIS deve ser regulamentada através de Lei, obedecendo ao princípio de Gestão Democrática previsto nas Constituições Federal e Estadual e aos seguintes princípios gerais:

- I – Garantia do princípio da representatividade;
- II – Garantia do princípio da autonomia;
- III – Garantia do princípio eletivo para escolha do Diretor Escolar.

Art. 43 - Fica instituído o Congresso Municipal de Educação, como fórum máximo de discussão, formulação e deliberação da política educacional das Escolas da Rede Pública Municipal, a ser realizado, no mínimo, a cada 2 (dois) anos.

Parágrafo Único – O Congresso Municipal de Educação deve ser convocado pela Secretaria Municipal de Educação, e contar com a participação de representantes dessa Secretaria, da sociedade civil organizada e de todos os segmentos das comunidades escolares das Escolas da Rede Pública Municipal, eleitos por seus pares, conforme regulamentação.

Seção II Da Gestão Escolar

Art. 44 - A gestão das Escolas que integram a Rede Pública Municipal de Ensino deve ser regulamentada através da mesma Lei que regulamentar a Gestão do Ensino Público, de que trata o art. 42 desta Lei, devendo respeitar os mesmos princípios estabelecidos para gestão do ensino na Rede Pública Municipal e ser integrada pelos seguintes órgãos:

- I – Assembléia Escolar, composta por todos os segmentos que integram a Comunidade Escolar;
- II – Plenárias Escolares, compostas por cada um dos segmentos que integram a Comunidade Escolar;
- III – Conselho Escolar, composto pela Direção da Escola e por representantes dos segmentos que integram a Comunidade Escolar, estes últimos escolhidos através do processo de eleição direta realizada pelos respectivos segmentos que compõem as Plenárias Escolares, tendo caráter normativo, deliberativo e fiscalizador;
- IV – Diretor Escolar.



**Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito**

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/10/5/106

[Assinatura]
107 Daniel Teodoro Diniz (15)
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Art. 45 - O Diretor Escolar ocupa Função Eletiva Pedagógico-Administrativas a serem exercidas, exclusivamente, por integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal, segundo as especificações contidas no Apêndice I, Função III, desta Lei Complementar, sendo condição para o registro da candidatura a apresentação de proposta de gerenciamento da respectiva Unidade de Ensino, que deva viabilizar a execução do projeto pedagógico aprovado pelo Conselho Escolar.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 46 - Os atuais integrantes do Quadro Suplementar do Magistério Público do Município de NEÓPOLIS, a que se refere o inciso IV do art. 4º desta Lei, devem ter complementado a sua formação pedagógica, em cursos especialmente programados para esse fim, nos termos da legislação vigente, e, concluída a sua formação pedagógica, devem passar a integrar o Quadro Permanente do Magistério Público Municipal.

Art. 47 - Aos professores leigos é assegurado o prazo previsto no § 2º do art. 9º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

Art. 48 - Os valores de vencimento correspondentes, nas Classes, aos Níveis 1S, 2S e 3S componentes do Quadro Suplementar dos profissionais do Magistério Público Municipal, são os constantes da respectiva parte do Apêndice III do Plano de que trata esta Lei Complementar, fixados com base nos seguintes índices de escalonamento vertical entre Níveis, em relação ao vencimento do Nível I da respectiva Classe:

NÍVEL	ÍNDICE
Nível 1S	1,00
Nível 2S	1,35
Nível 3S	1,45

Art. 49 - O presente Plano de Carreira e Remuneração, atendidas as disposições desta Lei Complementar, deve ser implementado a partir da data de sua publicação.

§ 1º - A Comissão Permanente de Gestão da Carreira para efetivação da respectiva implementação do Plano de Carreira tem por competência acompanhar, avaliar, registrar e propor as medidas necessárias à execução desta Lei Complementar, inclusive quanto ao controle do ajuste entre as horas-trabalho demandadas e as oferecidas, além de promover a elaboração das normas reguladoras da transição entre o regime anterior e o regime a ser implantado.

§ 2º - A Comissão Permanente de Gestão da Carreira, referido no art. 21 desta Lei Complementar, deve ter a seguinte composição:

I - pelo Secretário Municipal de Educação, que o presidirá;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/08

Assinatura
José Diniz Fial Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/08

- III - por um representante da Secretaria Municipal Administração;
- II - por três representantes do Sindicato dos Profissionais do Magistério Público Municipal;
- IV - por um representante da Advocacia Geral do Município.

§ 3º - O enquadramento dos Professores de Educação Básica e dos Pedagogos no Quadro Permanente e no Quadro Suplementar do Magistério Público Municipal deve ser realizado pela Comissão Permanente de Gestão da Carreira.

Art. 50 - O profissional que integra a Carreira do Magistério, exercendo atividade de docência ou de suporte pedagógico, enquadrado no Quadro Suplementar do Magistério Público Municipal, à medida que obtiver a titulação exigida no Plano de Carreira de que trata esta Lei Complementar, pode solicitar seu reenquadramento no Quadro Permanente, no mesmo Cargo, de Professor de Educação Básica ou de Pedagogo, porém no Nível correspondente à formação obtida através da nova titulação, observada a Classe em que se encontrar.

Art. 51 - Durante a Década da Educação, definida nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), o número de Cargos do Plano de Carreira de que trata esta Lei Complementar deve vir a ser ajustado a uma relação de equilíbrio entre as horas-trabalho demandadas e as oferecidas na Rede Pública Municipal de Ensino.

Parágrafo único. O Quadro Permanente de pessoal ativo do Magistério Público Municipal deve ter a definição do quantitativo de cargos das Carreiras Únicas de Professor de Educação Básica e de Pedagogo, a partir de 1º de janeiro de 2002, através de lei específica.

Art. 52 - Aos direitos e vantagens adquiridos ou concedidos antes da vigência do Plano disposto nesta Lei Complementar, aplica-se à legislação estatutária pertinente.

Art. 53- Na execução desta Lei Complementar, deve ser aplicado, sempre que couber, no que lhe for compatível ou não for contrário, o disposto no Estatuto do Magistério Público do Município de NEÓPOLIS, aplicando-se também, subsidiariamente, e nas mesmas condições, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de NEÓPOLIS, bem como as do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários e Plano de Carreira, dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta do Município de NEÓPOLIS.

Art. 54 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 (primeiro) de maio do ano em curso, revogando-se as disposições em contrário.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

Jose Diniz Tojal Dantas
Jose Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

Gabinete do Prefeito Municipal de Neópolis (SE), 25 de Maio de 2006.

José Teixeira Alves Filho
JOSÉ TEIXEIRA ALVES FILHO

Prefeito Municipal.

Maria Norma Oliveira Serrão
MÁRIA NÓRMA OLIVEIRA SERRÃO

Secretária Municipal de Educação

Jose Diniz Tojal Dantas
JOSÉ DINIZ TOJAL DANTAS

Secretário Municipal de Administração e Planejamento



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

José Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PUBLICO MUNICIPAL

APÊNDICE I

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS

FUNÇÃO I – DOCENTE

- A - GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO**
- B - CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**
- C - FUNÇÃO: DOCENTE**
- D - REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DO CARGO**

1. Instrução: titulação e/ou habilitação para atuar nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino comprovado mediante diploma e/ou certificado de registro no órgão competente:

1. 1. obtido em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, sendo admitida à habilitação específica obtida em programas de formação pedagógica para portadores de diploma de educação superior, nos termos da lei; e,

1. 2. obtido em nível médio, na modalidade Normal, bem como em grau superior, em níveis de graduação, representada por licenciatura em curso de curta duração, excepcionalmente, apenas durante a Década da Educação, entendida esta como a estabelecida no art. 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2. Idade: superior a 18 (dezoito) anos completos.

3. Outros: estabelecidos em lei.

E - FORMA DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO

- Exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

F - SUMÁRIO (DESCRIÇÃO SINTÉTICA)

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/2014


José Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- Colaborar com as atividades de articulação da Escola, com a família e com a comunidade.

G - TAREFAS (DESCRIÇÃO ANALÍTICA)

- Contribuir para a participação, o diálogo e a cooperação entre educadores, educandos e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade livre, democrática, solidária, próspera e justa;
- Empenhar-se em prol do desenvolvimento integral do aluno, quanto a valores, atitudes, comportamentos, habilidades e conhecimentos universais, utilizando processos que acompanham o progresso científico e social;
- Estimular a participação dos alunos no processo educativo e comprometer-se com a eficiência dos instrumentos essenciais para o aprendizado: leitura, escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas;
- Promover o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando, bem como prepará-lo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho;
- Assegurar a efetivação dos direitos pertinentes à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, comunicando à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos;
- Selecionar, adequadamente, os procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo de ensino/aprendizagem e estimular a utilização de materiais apropriados ao ensino, de acordo com o Projeto Pedagógico da Escola;
- Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com a proposta pedagógica da Escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanado do órgão competente;
- Definir, operacionalmente, os objetivos do seu plano de trabalho, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares;
- Ministras aulas nos dias letivos, durante as horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Levantar e interpretar dados relativos à realidade, de seus educando;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

[Handwritten Signature]
José Diniz Aguiar Junior
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano Integrado da Escola, do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar;
- Participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento;
- Atender às solicitações da Direção da Escola, referentes a sua ação docente;
- Atualizar-se em sua área de conhecimentos e sobre a Legislação de Ensino;
- Participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extra-classe;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar exercidos por especialistas em educação;
- Participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata;
- Promover aulas e trabalhos e estabelecer estratégias de recuperação para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem;
- Realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente e apresentar relatórios;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do tempo livre dos educandos, prestando-lhes atendimento individualizado, apresentando alternativas para melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Acompanhar e orientar o trabalho de estagiários;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente que esteja sobre a sua guarda;
- Executar outras atividades afins.

H - CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- **Regime horário:** as atribuições do cargo serão exercidas nos regimes de 25 a 40 horas-trabalho semanais, bem como no regime de dedicação exclusiva, neles estando incluídas as horas-atividade correspondentes ao tempo reservado para estudos planejamento e avaliação do trabalho didático, cumpridas na Escola ou fora dela, bem como para atender a reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/10

Jose Luiz Duarte
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001106

- **Relação Professor/Aluno:** será obedecida a quantidade máxima de até 20 alunos/turma na educação infantil e nas Séries iniciais – 1ª a 4ª Série do ensino fundamental, até 30 alunos/turma; nas Séries finais – 5ª a 8ª Série do ensino fundamental, até 40 alunos/turma, e até 45 alunos/turma no ensino médio e nas modalidades da EJA (Educação de Jovens e Adultos) 25 alunos e educação especial 12 alunos.
- **Material Didático Pedagógico:** será obedecido o que determina o artigo 4º inciso IX, da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como uma variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. São considerados insumos, entre outros, papel, livros, revistas, jornais, cartolina, pincel atômico, cadernos, lápis, canetas, vídeo, som, computador...
- **Formação Permanente e Continuada:** sendo um direito coletivo, constará da própria jornada de trabalho, privilegiando a escola como “lócus” dessa formação, caracterizando-se, principalmente, por encontros coletivos, organizados sistematicamente, a partir das necessidades sentidas pelos professores, preferencialmente na escola onde atuam, com periodicidade determinada, e terá como objetivo e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca da melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
- **Estrutura Física:** as salas de aulas deverão ser amplas, arejadas, limpas e bem iluminadas; a escola deverá ter boas instalações elétricas, sanitárias, hidráulicas e a estrutura física do prédio deverá oferecer condições de segurança, além de dispor do espaço físico necessário para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, desportivas e culturais.
- **Higiene:** sendo a escola um ambiente de formação, fatores como limpeza e higiene serão imprescindíveis para assegurar um ambiente saudável à comunidade escolar, visto que se trata de uma questão de saúde pública.
- **Segurança:** a política de segurança implementada terá o caráter preventivo e educativo, e deverá ser formadora de uma consciência cidadã que iniba o uso de drogas, a violência e os atos de vandalismo na escola e na sociedade.
- **Apoio Logístico:** será assegurados o suporte material e humano necessário à impressão de avaliações, trabalhos escolares, pesquisas, levantamentos de dados, textos e tudo o mais que implique no bom andamento dos objetivos pedagógicos aos quais a Escola se propõe.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

Jose Dmir Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS FUNÇÃO II - ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA

- A - GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
- B - CARGO: PEDAGOGO
- C - FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA
- D - REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DO CARGO

1. Instrução: titulação e ou habilitação para atuar nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, comprovada mediante diploma e ou certificado de registro no órgão competente, obtido em cursos de graduação ou em nível de pós-graduação na área de pedagogia.
2. Idade: superior a 18 (dezoito) anos completos.
3. Outros: estabelecidos em lei.

E - FORMA DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO

- Exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

F - SUMÁRIO (DESCRIÇÃO SINTÉTICA)

- Executar atividades de administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação e planejamento escolar.

G - TAREFAS (DESCRIÇÃO ANALÍTICA)

- Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação;
- Acompanhar, permanentemente, o trabalho da Escola, assessorando-a no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Estimular atividades da Escola, colaborando com todos os profissionais que nela atuam, visando ao aperfeiçoamento e a busca de soluções aos problemas do ensino;
- Participar na elaboração do Plano Anual, bem como do Projeto Pedagógico da Escola;
- Participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo;
- Realizar e coordenar pesquisas educacionais;
- Manter-se constantemente atualizado, visando contribuir para obtenção dos padrões mais elevados de ensino;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06

Jose Diniz Toyal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- Manter-se atualizado sobre legislação de ensino, divulgando-a no âmbito de sua atuação;
- Participar de reuniões técnico-pedagógicas na Escola, nos órgãos da SEED e nas demais instituições do sistema Municipal de ensino;
- Integrar grupos de trabalho e comissões;
- Planejar, junto com a direção e professores, a recuperação de alunos;
- Orientar as atividades do planejamento das Unidades Escolares, reunindo e trabalhando diretamente com os professores, para adequar métodos e conteúdos que se façam necessários aos alunos;
- Colaborar na atualização da grade curricular, fornecendo subsídios aos planos de ação da Escola;
- Definir junto com o Diretor e em articulação com o Comitê Comunitário e as Coordenadorias de Ensino, as diretrizes, prioridades e metas de ação da Escola para cada período letivo, em conformidade com o Projeto Pedagógico da Unidade de Ensino;
- Analisar e propor alternativas para solução de problemas de natureza pedagógica, especialmente os relacionados com evasão e repetências escolares;
- Participar do processo de integração família-escola-comunidade;
- Acompanhar o cumprimento do plano de trabalho de cada docente.

H - CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CARGO DE PEDAGOGO

• **Regime horário:** as atribuições do cargo serão exercidas nos regimes de 25 a 40 horas de trabalho semanais, bem como no regime de dedicação exclusiva.

• **Material Didático Pedagógico:** será obedecido o que determina o artigo 4º, inciso IX, da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece "padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como uma variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem". São considerados insumos, entre outros, papel, livros, revistas, jornais, cartolina, pincel atômico, cadernos, lápis, canetas, video, som, computador...

• **Formação Permanente e Continuada:** sendo um direito coletivo, constará da própria jornada de trabalho, privilegiando a escola como "lôcus" dessa formação, caracterizando-se, principalmente, por encontros coletivos, organizados sistematicamente, a partir das necessidades sentidas pelos especialistas, preferencialmente na escola onde atuam, com periodicidade determinada, e terá como objetivo e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca da melhoria do processo de ensino-aprendizagem, além, disso devem auxiliar os professores nos seus horários de estudo.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/2024

João Paulo Lourenço
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

- **Estrutura Física:** as salas de aulas deverão ser amplas, arejadas, limpas e bem iluminadas; a escola deverá ter boas instalações elétricas, sanitárias, hidráulicas e a estrutura física do prédio deverá oferecer condições de segurança, além de dispor do espaço físico necessário para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, desportivas e culturais.
- **Higiene:** sendo a escola um ambiente de formação, fatores como limpeza e higiene serão imprescindíveis para assegurar um ambiente saudável à comunidade escolar, visto que se trata de uma questão de saúde pública.
- **Segurança:** a política de segurança implementada terá o caráter preventivo e educativo, e deverá ser formadora de uma consciência cidadã que iniba o uso de drogas, a violência e os atos de vandalismo na escola e na sociedade.
- **Apoio Logístico:** será assegurados o suporte material e humano necessário à impressão de avaliações, trabalhos escolares, pesquisas, levantamentos de dados, textos e tudo o mais que implique no bom andamento dos objetivos pedagógicos aos quais a Escola se propõe.

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS

FUNÇÃO III - DIRETOR ESCOLAR

A - GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO

B - CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA E/OU PEDAGOGO

C - FUNÇÃO: DIRETOR ESCOLAR

D - REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DA FUNÇÃO

1. Instrução:
 - 1.1. Diploma de Licenciatura Plena, ou
 - 1.2. Curso de Graduação em Pedagogia, ou
 - 1.3. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas que complete as disciplinas da área de Administração Escolar, ou
 - 1.4. Diploma de Mestrado e ou Doutorado que complete a área de Administração Escolar.
 - 1.5. Idade: superior a 18 (dezoito) anos completos.
- 1.5. Experiência mínima de 2 (dois) anos como professor, especialista em educação ou Diretor de Escola.



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/07

Jose Diniz Loyal Damás
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/06

E - FORMA DE RECRUTAMENTO PARA A FUNÇÃO

• Conforme disposto no Estatuto do Magistério Público do Município de NEÓPOLIS, e, posteriormente, de acordo com a legislação a ser estabelecida e as normas legais previstas na forma dos artigos 42 e 45 desta Lei Complementar.

F - SUMÁRIO (DESCRIÇÃO SINTÉTICA)

- Organizar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades e/ou ações administrativas desenvolvidas no âmbito escolar;
- Coordenar e supervisionar os trabalhos escolares e pedagógicos na Unidade de Ensino, através de seu corpo docente e equipe de suporte pedagógico.

G - TAREFAS (DESCRIÇÃO ANALÍTICA)

- Garantir a participação, o diálogo e a cooperação entre educadores, educandos e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade livre, democrática, solidária, próspera e justa;
- Garantir que a Escola cumpra os compromissos com os princípios e fins da educação brasileira, através de seu desempenho profissional;
- Empenhar-se em prol do desenvolvimento integral do aluno, quanto a valores, atitudes, comportamentos, habilidades e conhecimentos universais, utilizando processos que acompanhem o progresso científico e social;
- Assegurar ao aluno sua participação no processo educativo e comprometer-se com a eficiência dos instrumentos essenciais para o aprendizado: leitura, escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas;
- Promover o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando, bem como prepará-lo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho;
- Assegurar a efetivação dos direitos pertinentes à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, comunicando à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos;
- Valorizar os procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo de ensino/aprendizagem e estimular a utilização de materiais apropriados ao ensino de acordo com o Projeto Pedagógico da Escola;
- Dar cumprimento às deliberações do Conselho Escolar;
- Elaborar, juntamente com o Comitê Pedagógico e em articulação com o Conselho Escolar, o Plano Escolar Anual;



Estado de Sergipe
Prefeitura Municipal de Neópolis
Gabinete do Prefeito

CERTIDÃO
Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30 / 05 / 2011
[Handwritten Signature]
José Daniel Dantas
Secretário de Administração Geral e Planejamento
Decreto nº 001/08

- Zelar, junto com o Conselho Escolar, pelo patrimônio público, estabelecendo sistema de manutenção e conservação das instalações e equipamentos do Estabelecimento ou Unidade Escolar;
- Proteger o trabalho realizado no interior do Estabelecimento ou Unidade Escolar, objetivando a segurança indispensável aos integrantes daquela comunidade;
- Assinar, juntamente com o Secretário Escolar, todos os documentos de ordem administrativa que digam respeito às atividades da Escola;
- Aprovar escala de férias do pessoal docente e técnico-administrativo;
- Apurar ou mandar apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento, no âmbito administrativo;
- Distribuir o horário dos professores de acordo com as necessidades do estabelecimento e atendendo, quando possível, à disponibilidade dos mesmos;
- Promover o bom relacionamento entre os servidores e alunos que constituem a comunidade escolar;
- Favorecer a integração da Escola com a comunidade, através da mútua cooperação na realização das atividades de caráter cívico, social e intelectual;
- Apurar ou mandar apurar irregularidades, no âmbito pedagógico;
- Determinar a aplicação de penalidades disciplinares, conforme as disposições legais, regulamentares e/ou regimentais;
- Autorizar a matrícula e transferência de alunos;
- Coordenar, a partir do Comitê Pedagógico, as ações atinentes à avaliação do currículo, bem como o acompanhamento, avaliação, controle e regularidade de aprovação, repetência e evasão escolares;
- Exercer outras atividades inerentes ou correlatas, necessárias ao pleno desempenho das funções de Diretor de Estabelecimento ou Unidade Escolar.

H - CONDIÇÕES DE TRABALHO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR

- **Regime horário:** o Diretor de Estabelecimento ou Unidade Escolar exercerá o seu trabalho em jornada de 40 (quarenta) horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

PLANO DE CARRERA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

ANEXO III
ENQUADRAMENTO

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
FUNÇÃO: DOCENTE

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA								
CARGO	PADRÃO	QUADRO	SÉRIES DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO EXIGIDA	CARGO	NÍVEL	CLASSE	QP	QS	SÉRIES DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO EXIGIDA	
PROFESSOR	LEIGO	SUPLEMENTAR	1 a 4ª e Ensino Fund.	Não é habilitado em curso normal	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	1S	A/J		X	1ª a 4ª do Ensino Fund	Deverá habilitar-se de acordo com as exigências da Lei nº 9394/96	
PROFESSOR	PNM	PERMANENTE	1 a 4ª e Ensino Fund.	Habilitação até o 3º ano do Magistério		I	A/J	X			1ª a 4ª do Ensino Fund	Habilitação em curso normal
AUXILIAR DE ENSINO	LEIGO	SUPLEMENTAR	1 a 4ª e Ensino Fund.	Habilitação até o 3º ano do Magistério		I	A/J	X			1ª a 4ª do Ensino Fund	Habilitação em curso normal
PROFESSOR	PPA	SUPLEMENTAR	1 a 4ª e Ensino Fund.	Habilitação em curso adicional		2S	A/J		X		1 a 4ª e Ensino Fund.	Habilitação específica curso adicional
PROFESSOR	PNS	PERMANENTE	1 a 8ª Ensino Fund e Ensino Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente a Licenciatura Plena.		II	A/J	X			1 a 8ª Ensino Fund. e Ensino Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente a Licenciatura Plena

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 20/05/06


José Diniz Tôjal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 601/04



PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NI

Apêndice I

ENQUADRAMENTO

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
 CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
 FUNÇÃO: DOCENTE
 QUADRO: PERMANENTE (QP)

CARGO	NÍVEL	CLASSE	QP	SÉRIES DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO EXIGIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	I	A/J	X	Da educação infantil 1ª a 4ª do Ensino Fundamental	Nível Médio, na modalidade NORMAL
	II	A/J	X	Da educação infantil 1 a 8ª do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena.
	III	A/J	X	1 a 8ª do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena, mais Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu".
	IV	A/J	X	1 a 8ª do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena, mais Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

CERTIDÃO
 Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/06



José Dmiz Tojal Dantas
 Secretário de Administração
 Geral e Planejamento
 Decreto nº 001/06

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NI

Apêndice I

ENQUADRAMENTO

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
 CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
 FUNÇÃO: DOCENTE
 QUADRO: SUPLEMENTAR (QS)

CARGO	NÍVEL	CLASSE	QS	SÉRIES DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO EXIGIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	1S	A/J	X	-	1º grau completo ou 2º grau em outra habilitação que não seja o magistério
	2S	A/J	X	Da educação infantil 1ª a 4ª do Ensino Fundamental	Habilitação específica de 2º grau, obtida em 4 (quatro) séries ou em 3 (três) mais Estudos Adicionais.
	3S	A/J	X	1ª a 8ª do Ensino Fundamental	Habilitação específica de nível superior correspondente a licenciatura curta

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 20/05/16

Secretaria

José Diniz Tojal Damtas
 Secretário de Administração
 Geral e Planejamento

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NI

Apêndice I

ENQUADRAMENTO

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO

CARGO: PEDAGOGO

FUNÇÃO: SUPORTE PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

QUADRO: PERMANENTE (QP)

CARGO	NÍVEL	CLASSE	QP	SÉRIES DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO EXIGIDA
PEDAGOGO	II	A/J	X	Da educação infantil 1 a 8º do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena.
	III	A/J	X	Da educação infantil 1 a 8º do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena, mais Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu".
	IV	A/J	X	Da educação infantil 1 a 8º do Ensino Fundamental e Médio	Habilitação específica obtida em Curso Superior, de graduação correspondente Licenciatura Plena, mais Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis 30/05/08

- 33 -


 José Diniz Tojal Dantas
 Secretário de Administração
 Geral e Planejamento
 Decreto nº 001/08

PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NEÓI

APÊNDICE I

GRUPO OCUPACIONAL: Magistério

CARGO: Professor de Educação Básica e/ou Pedagógico

FUNÇÃO ELETIVA PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVA: Diretor Escolar

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES ELETIVAS PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVAS (FEPA) CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO (FCM)

Mat. de Alunos no Estabelecimento ou Unidade Escolar	Função	Quantidade	Símbolo	Valor
De 351 (trezentos e cinquenta e um) até 800 (oitocentos) alunos.	Diretor	01	FEPAD	0,7
	Secretário	01	FCM	0,4
Até 350 (trezentos e cinquenta) alunos.	Diretor	01	FEPAD	0,6
	Secretário	01	FCM	0,4

Calculado aplicando o coeficiente sobre o Ve Base correspondente à Classe e Nível em q



Jose Diniz Tojal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/05



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS

QUADROS: PERMANENTE

CLASSES	NÍVEIS															
	I				II				III				IV			
	125 HS	160 HS	200 HS	240 HS	125 HS	160 HS	200 HS	240 HS	125 HS	160 HS	200 HS	240 HS	125 HS	160 HS	200 HS	240 HS
A	300,00	384,00	480,00	480,00	450,00	576,00	720,00	720,00	510,00	652,80	816,00	600,00	768,00	960,00		
B	306,00	391,68	489,60	489,60	459,00	587,52	734,40	734,40	520,20	665,86	832,32	612,00	783,36	979,20		
C	312,12	399,51	499,39	499,39	468,18	599,27	749,09	749,09	530,60	679,17	848,97	624,24	799,03	998,78		
D	318,36	407,50	509,38	509,38	477,54	611,26	764,07	764,07	541,22	692,76	865,95	636,72	815,01	1.018,76		
E	324,73	415,65	519,57	519,57	487,09	623,48	779,35	779,35	552,04	706,61	883,26	649,46	831,31	1.039,13		
F	331,22	423,97	529,96	529,96	496,84	636,95	794,94	794,94	563,08	720,74	900,93	662,45	847,93	1.059,92		
G	337,85	432,45	540,56	540,56	506,77	648,67	810,84	810,84	574,34	735,16	918,95	675,70	864,89	1.081,12		
H	344,61	441,10	551,37	551,37	516,91	661,64	827,05	827,05	585,83	749,86	937,33	689,21	882,19	1.102,74		
I	351,50	449,92	562,40	562,40	527,25	674,88	843,59	843,59	597,55	764,86	956,07	703,00	899,83	1.124,79		
J	358,53	458,92	573,64	573,64	537,79	688,37	860,47	860,47	609,50	780,16	975,20	717,06	917,83	1.147,29		

Escalonamento Vertical: 1,02

Escalonamento Horizontal: I = 1,0 II = 1,5 III = 1,7 IV = 2

CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis

30/05/18
[Assinatura]

José Djaluz Toyal Dantas
Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001/08



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS

QUADRO SUPLEMENTAR

CLASSES	NÍVEIS											
	1S			2S			3S					
	125 HS	160 HS	200 HS	125 HS	160 HS	200 HS	125 HS	160 HS	200 HS			
A	300,00	384,00	480,00	360,00	460,80	576,00	390,00	499,20	624,00			
B	306,00	391,68	489,60	369,72	473,24	591,56	400,53	512,68	640,85			
C	312,12	399,51	499,39	379,70	486,02	607,52	411,34	526,52	658,15			
D	318,36	407,50	509,38	389,95	499,14	623,93	422,45	540,74	675,92			
E	324,73	415,65	519,57	400,48	512,62	640,77	433,86	555,34	694,17			
F	331,22	423,97	529,96	411,30	526,46	658,07	445,57	570,33	712,91			
G	337,85	432,45	540,56	422,40	540,67	675,84	457,60	585,73	732,16			
H	344,61	441,10	551,37	433,81	555,27	694,09	469,96	601,54	751,93			
I	351,50	449,92	562,40	445,52	570,26	712,83	482,65	617,79	772,23			
J	358,53	458,92	573,64	457,55	585,66	732,08	495,68	634,47	793,08			

Escalonamento Horizontal: 1S = 1,0 2S = 1,2 3S = 1,3

CERTIDÃO
Certifico que o presente documento foi afixado no mural desta Secretaria Neópolis

Jose Dantas Loyal Dantas

Secretário de Administração
Geral e Planejamento
Decreto nº 001706